



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

MANIFESTAÇÃO DO PROTESTO, DA INDIGNAÇÃO E DA EXIGÊNCIA

POSIÇÃO DOS PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

Como a FENPROF desde logo denunciou, o Orçamento do Estado para 2012 anunciava o que estava em preparação; as medidas apresentadas e, depois, impostas pelo MEC confirmaram as piores expectativas: o Governo prepara o maior despedimento coletivo de docentes contratados, fazendo ainda disparar o número muito elevado de horários-zero nas escolas.

O desemprego e a instabilidade que no setor do Ensino e Investigação, têm crescido muito acima da elevada média nacional, conhecerão, em setembro, um aumento nunca visto, criando um problema socialmente insustentável, com impacto extremamente negativo nas escolas e na Educação em geral.

Contribuem para este problema gravíssimo a criação de mais 150 mega-agrupamentos, a revisão da estrutura curricular e as matrizes que dela decorrem, o aumento do número de alunos por turma, o encerramento dos CNO, a extinção ou redução drástica de ofertas educativas e formativas, as novas regras para a organização do ano letivo 2012-2013, os cortes e atrasos nas bolsas e contratos de investigação, a diminuição dos orçamentos das universidades e dos institutos politécnicos para além de outras medidas avulsas que perseguem o mesmo fim.

Tendo como objetivo principal a redução drástica da despesa, com implicações que passam por despedir profissionais e reduzir, ao máximo, o número de trabalhadores docentes e não docentes, tais medidas põem em causa a organização pedagógica e o normal funcionamento das escolas, não promovem o sucesso nem combatem o abandono escolar, retiram recursos às escolas que são fundamentais para apoiarem, adequadamente, os alunos, restringem os percursos educativos a, apenas, algumas áreas ditas essenciais, empobrecem os currículos, e provocarão, a concretizarem-se, uma significativa quebra da qualidade do ensino e o abandono de inúmeros projetos de investigação.

Perante esta situação, é com grande preocupação que se antevê o arranque do próximo ano letivo, bem como o seu desenvolvimento, mas, igualmente, o futuro profissional e pessoal de milhares de cidadãos que são docentes ou investigadores. Mas, para além da preocupação, a situação que está a ser criada pelo Governo suscita-nos a mais viva indignação.

Os presentes nesta manifestação de protesto, indignação e exigência repudiam as políticas em curso, denunciam-nas como contrárias aos interesses nacionais e exigem:

- A vinculação dos docentes contratados que, no final do ano letivo, reúnam as condições previstas na lei geral do trabalho;
- A atribuição de serviço letivo a todos os docentes dos quadros;
- A suspensão de vigência da revisão da estrutura curricular, a agregação de escolas e agrupamentos apenas nos casos em que se verifique consenso entre autarquia e conselhos gerais das escolas, a redução do número máximo de alunos por turma e o respeito pela autonomia das escolas na decisão sobre a sua oferta educativa e formativa;
- O aumento das dotações orçamentais para o funcionamento das Instituições públicas do ensino superior, em queda desde 2005.
- O pagamento das retribuições em atraso aos investigadores e bolseiros, bem como a garantia de que se manterá o mesmo número de bolsas e de contratos de investigação para o próximo ano, entre outras retribuições que têm vindo a ser negadas aos docentes, nomeadamente a compensação pela caducidade dos contratos que está prevista na legislação.

Os professores, educadores e investigadores presentes manifestam-se disponíveis para lutarem contra esta situação, defenderem os seus direitos profissionais, os salários, o emprego e adequadas condições de trabalho nas escolas, mas também, por ser o que está em causa, o futuro da Escola Pública.

Lisboa, 12 de julho de 2012